

1 Ata da Sessão do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal do 2 Paraná realizada em 19 de julho de 2013.

3 Ao dezenove dias do mês de julho do ano dois mil e treze, às nove horas na Sala do Conselho
4 Universitário, reuniu-se o Plenário do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade
5 Federal do Paraná, sob a presidência do Vice-Reitor Professor Doutor Rogério Andrade
6 Mulinari. Presentes os Conselheiros Titulares Altair Pivovar, Luciane Marinoni, Marcelo Miguel
7 Conrado, Eva Cristina Rodrigues Avelar Dalmolin, Paulo André Niederle, Daniela Resende
8 Archanjo, Danielle Willemann Sutil de Oliveira, Débora Reis Schnekemberg, Daniel
9 Mittelbach, Jeroniza Nunes Marchaukoski, Lays Gonçalves da Silva, Lilian Daisy Gonçalves
10 Wolff, Luis Allan Künzle, Mário Messagi Júnior, Marlene Rodrigues Meira, Paulo Chiesa,
11 Regina Maria Hartog Pombo Rodriguez, Herbert Antônio Age José, Romualdo Wandresen e
12 Priscilla Hidalgo Santos. Presentes também os Conselheiros Suplentes Milton Carlos Mariotti e
13 Ximena Mujica Serdio. Presentes ainda a representante da Pró-Reitoria de Graduação,
14 Professora Maria Lúcia Acyoli Pinto, a Pró-Reitora de Extensão e Cultura, Professora Deise
15 Cristina de Lima Picanço e o Ouvidor Geral, Professor Gilberto Fortes Marcondes. Justificaram
16 suas ausências os Conselheiros Caroline Arns Arruda, Maria Cristhina de Souza Rocha, Daniela
17 Biondi Batista, Herbert Antônio Age José, Edilson Caron, Érica Cristina Bueno do Prado
18 Guirro, Sônia Maria Breda, Cátia Garcia Moares e Luci Regina Panka Archegas. Havendo
19 quorum o Presidente declarou aberta a sessão, agradeceu a presença de todos a esta Sessão
20 Extraordinária do CEPE, especialmente convocada para apreciação da “Demanda de Professores
21 do Setor Litoral da UFPR”. Antecedendo a Ordem do dia e na parte dos informes o Presidente
22 deu posse aos novos representantes do Setor de Ciências Exatas e do Setor de Ciências da Saúde
23 junto ao CEPE, respectivamente, Professor Luis Allan Künzle como Conselheiro Titular e
24 Professora Ximena Mujica Serdio como Conselheira Suplente; Professora Lilian Daisy
25 Gonçalves Wolff como Conselheira Titular e Milton Carlos Mariotti como Conselheiro
26 Suplente. Ainda nos informes o Presidente proferiu a leitura de Mensagem de Pesar
27 encaminhada pelo Ministério da Educação em decorrência do falecimento do ex-Reitor da
28 UFPR, Professor Doutor Carlos Roberto Antunes dos Santos. No momento seguinte o
29 Presidente informou aos Conselheiros o teor do ofício encaminhado pelo Diretor do Setor de
30 Ciências Jurídicas, referente ao adiamento do início da Turma Especial do PRONERA do Curso
31 de Direito, previsto anteriormente para o ano de 2014, ficando prorrogado para 2015.
32 Encerrados os informes, passou-se à **Ordem do dia: Processo nº 029783/2013-68. Demandas**
33 **de Professores do Setor Litoral.** Para início das discussões, o Presidente estipulou o tempo de
34 1 (uma) hora para a manifestação dos representantes da APUFPR (Associação dos Professores
35 da Universidade Federal do Paraná) e do grupo de Professores demandantes. Em seguida
36 também seria garantida a manifestação da Direção do Setor Litoral. Assim acordado, passou-se a
37 palavra ao Professor João Francisco Ricardo Kastner Negrão que, em nome da Diretoria da
38 Associação dos Professores, manifestou posição favorável ao pedido do grupo de docentes do
39 Setor Litoral que solicitam lotação provisória na PROGEPE por estarem sendo vítimas de
40 assédio moral, maledicências, comentários verbais jocosos e desqualificações por parte de outros
41 docentes daquele Setor, além de atos de autoritarismo. Também registrou que a Associação dos
42 Professores possui uma coleção de documentos que comprovam a existência de assédio moral a
43 servidores lotados no Setor Litoral, motivo pelo qual a APUFPR, como órgão de representação
44 dos docentes, se solidariza à presente demanda. Também como membro da Diretoria da
45 APUFPR manifestou-se o Professor Claudio Antonio Tonegutti, informando que a Associação
46 vem tentando uma mediação entre os Professores do Setor Litoral devido à preocupação com

47 problemas que além de recorrentes, vêm gradativamente se agravando. Concluiu informando
48 que nestas condições o local de trabalho acaba se tornando insalubre e de difícil convivência,
49 uma vez que as relações pessoais acabam gerando um clima de belicosidade. Em nome da
50 Direção do Setor Litoral manifestou-se o Vice-Diretor, Professor Renato Bochichio, registrando
51 que obteve acesso recentemente aos documentos citados, mas que a Direção manifesta sua
52 estranheza com o fato, uma vez que, não identifica este clima de animosidade entre os docentes
53 do Setor Litoral. Não descartou a existência de problemas naturalmente enfrentados por um
54 Setor acadêmico, envolvendo várias motivações e cronologias diferentes, contudo, se
55 identificadas situações de ameaça ou assédio, as mesmas prontamente deverão ser apuradas pela
56 Direção daquele Setor. No que se refere à demanda do grupo de professores, entendeu que a
57 mesma poderia ser encaminhada através da PROGEPE de forma individualizada, colocando a
58 Direção aberta para o diálogo visando a melhor solução dos problemas. Em seguida, a palavra
59 foi passada para os docentes Daniel Canavese de Oliveira e David José de Andrade Silva, que
60 procederam a leitura do seguinte documento, solicitando seu registro em ata: *“Carta de
61 manifesto do grupo de professores do Setor Litoral. Magnífico Reitor em exercício, Egrégios
62 membros do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e demais participantes desta reunião
63 extraordinária, Em primeiro lugar, gostaríamos de corrigir um equívoco que possa ter gerado
64 uma desinformação. Onde a pauta anunciada para esta sessão diz “Demanda de Professores
65 do Setor Litoral da UFPR”, leia-se “Demanda de um grupo de aproximadamente 30
66 professores do Setor Litoral da UFPR”. Esperamos que, de agora em diante, sejamos vistos
67 com uma parte do corpo docente da referida unidade setorial, e não como o todo, apesar de
68 contarmos com um contingente considerável de colegas que apoiam esta drástica iniciativa.
69 Também gostaríamos de deixar claro que não se trata de um pedido de remoção coletiva, mas
70 de relotação, pois queremos preservar nossas atividades no local de exercício, com a diferença
71 de não termos mais vínculo de chefia com a atual direção. Tendo estas questões esclarecidas,
72 apresentaremos brevemente o grupo de docentes que se dirige aos conselheiros. Somos
73 professoras e professores do Setor Litoral com ingresso e atuação naquele local em momentos
74 distintos, desde o início da implantação até os concursos mais recentes. A grande maioria, no
75 entanto, está a mais de quatro anos, um período “probatório” que tem nos testado para além
76 das atribuições inerentes ao cargo. Vivenciamos e significamos no nosso cotidiano um desgaste
77 físico e emocional. Contudo, esses não sejam talvez os principais pontos de convergência entre
78 nós. É parte da nossa identidade a paixão pela educação. Isso nos moveu, anos atrás, em
79 nossas áreas da saúde, das artes, da linguagem, da ecologia, das engenharias, e muitas outras
80 aos concursos públicos que nos permitiram ocupar uma posição como servidores públicos.
81 Somos, portanto, apaixonados pela educação e pelo serviço do público, atuantes no processo de
82 ensino, pesquisa e extensão. Em nossa construção, também, considerarmo-nos da comunidade
83 da Universidade Federal do Paraná, instituição da qual temos orgulho e da qual não abrimos
84 mão de fazer parte. Durante esses anos de exercício não nos furtamos dos inúmeros desafios na
85 implantação de um projeto pedagógico caracterizado como “diferenciado”. Poderíamos
86 descrever aos senhores conselheiros algumas de nossas tarefas: estivemos a frente várias horas
87 aulas semanais; participamos de grupos de trabalho de “reconhecimento” de municípios do
88 litoral; fomos parte de comissões de implantação de cursos cujas vagas de docentes nunca
89 vimos aparecer; coordenamos cursos sem funções gratificadas, documentos comprobatórios
90 (leiam-se portarias) ou sequer redução de carga horária em sala de aula; planejamos,
91 implantamos e dirigimos clínicas-escola; acompanhamos a construção de uma ampliação
92 predial que hoje corre o risco de desabar e serve como depósito temporário de equipamentos de*

93 cursos ou editais que pleiteamos. Todos sabem que nossa instância decisória-mor, o Conselho
94 Setorial, sempre foi apresentado como um exemplo de democracia e participação e estas
95 problemáticas poderiam ser resolvidas lá. No entanto, o que de início, nos idos anos de 2006,
96 2007, 2008 e 2009, era um consenso de que o projeto estava em construção e precisava de
97 apoio e compreensão (o que significava em posicionamento de concordância total e irrestrita
98 com os encaminhamentos do diretor), aos poucos revelou-se um constante espaço de opressão e
99 condenação pública. Vimos muitos colegas e fomos também vítimas das classificações como
100 “contra o PPP do Litoral” só pelo fato de contestar as práticas do diretor e o andamento do
101 projeto. Assim, aqueles que não saíram por representar uma figura de oposição, saíram por
102 desgaste psicológico e emocional ao terem que ser submetidos a um clima organizacional
103 insano que constantemente nos impede de fazer o que desejamos: trabalhar. Também faz parte
104 da nossa identidade o diálogo e a contribuição crítica, incessantemente. Entretanto nossa
105 resiliência se acabou. O intenso desgaste psicológico e emocional que tempos passado ao longo
106 desse tempo com a direção pró-tempore e atual direção do Setor Litoral nos reuniu no gabinete
107 do reitor e hoje neste conselho. Por isso, pautar esse movimento deste grupo no Conselho
108 Setorial seria, em primeiro lugar, “chover no molhado”, tendo em vista que desde a semana de
109 planejamento de 2010 temos sido mais incisivos em nossas reivindicações, chegando até a
110 produzir um documento das fragilidades e potencialidades do setor. Em segundo lugar, este
111 debate não poderia ficar mais restrito ao nosso ambiente insular, principalmente porque não
112 ganharia a dimensão e a atenção devida, podendo repercutir em outros espaços onde as
113 mesmas demandas ocorrem. Ainda assim, respeitamos vários apelos de colegas para dialogar
114 sobre este movimento no âmbito setorial, mas consideramos que não seria um encaminhamento
115 viável agora. O passo que demos há uma semana simboliza não somente uma convergência de
116 insatisfações, mas acima de tudo um ato de coragem em colocar essas questões neste Conselho
117 Superior da Universidade Federal do Paraná, pois desde já arcamos com o ônus de sermos mal
118 interpretados por muitos de nossos pares que estão neste mesmo local que descrevemos como
119 insalubre. O Professor David José de Andrade Silva deu prosseguimento à leitura do documento
120 do grupo nos seguintes termos: II - Gostaríamos, agora, de exemplificar a quem não estava
121 nesta instância superior nos últimos oito anos alguns dos problemas com os quais convivemos.
122 Em 2004, em momento politicamente propício nas esferas federal, estadual e municipal, o
123 COUN aprovou a criação do campus Litoral e a permitiu à Administração Superior, conforme
124 o Art. 6º da Resolução COUN 39/04, “elaborar e promover acordos, contratos, termos de
125 cooperação e convênios, bem como determinar as providências que se fizerem necessárias à
126 viabilização do projeto da Universidade no Litoral.” E o que essa amarração produziu? Um
127 termo de cooperação que, em um primeiro momento viabilizou a estrutura física, a segurança e
128 manutenção do campus, mas que agora agoniza, haja vista o tratamento dado ao campus pelo
129 atual prefeito de Matinhos retirando a Guarda Municipal e a equipe de serviços gerais, além de
130 um auditório e biblioteca interditados. Hoje, afora dependermos da Reitoria para a contratação
131 de seguranças particulares e terceirização do serviço de manutenção e limpeza, tivemos que
132 desalojar laboratórios de graduações, núcleos de pesquisa, projetos de extensão para dar lugar
133 à biblioteca. Mesmo com a abertura de outras prefeituras signatárias do termo de cooperação
134 de 2010 para abrigar atividades de ensino, pesquisa e extensão, o campus de fato e de direito é
135 hoje sediado em Matinhos. Em 2005, o campus Litoral iniciou suas atividades, mesmo sem a
136 liberação das vagas de servidores para lá, abrindo o vestibular para seis cursos, sendo duas
137 graduações e três cursos técnicos. Até 2009, o quantitativo seria, após aberturas e fechamentos
138 de curso, de 15 graduações. As discussões no conselho setorial no processo de escolha e

139 planejamento não seguiram um critério racional de analisar as implicações de se aprovar
140 cursos novos, apesar de a sensação de “até onde isso vai” sempre estar presente tacitamente.
141 Pouquíssimos são os docentes que chegaram após o curso estar criado e sabemos que fomos
142 por várias vezes motivo de irritação do CEPE quando encaminhávamos um Projeto Pedagógico
143 de Curso – PPC com atraso de dois anos após o início da turma. Para piorar, o sistema da
144 constituição das câmaras pedagógicas formadas por parte de específicos e parte de
145 transversais gera até hoje uma falsa sensação de que há corpo docente para trabalhar nas
146 atividades de ensino, mas o que ocorre é uma média de dois professores por turma e um esforço
147 hercúleo para a dedicação à pesquisa e extensão. No final de 2006, fomos surpreendidos pelo
148 surgimento de denúncias na ouvidoria da UFPR contra práticas de assédio moral por parte do
149 diretor. Prontamente, e imbuídos de espírito passional pelos desafios e possibilidades do PPP,
150 demos respaldo em diversas situações ao diretor, pois, no final das contas, segundo ouvimos
151 nas reuniões, “era uma meia dúzia de agitadores”. A ausência de PPP, a falta de espaço, a
152 estrutura física inapropriada, ou os discursos inflamados para “servir o público” e não “se
153 servir do público” não eram significados como problemas. Em 2007, o grupo que partiu para o
154 embate teve diferente destinos, mas as dificuldades continuaram e uma nova geração de
155 colegas insatisfeitos nasceu. Os espaços coletivos, principalmente o conselho, se acirravam, a
156 sombra do processo institucional aberto pairava sobre a cabeça do diretor e as falas mais
157 agudas em defesa da administração do campus passaram a ser feitas não mais pelo indivíduo
158 institucionalizado, mas por outros. Esta prática virou uma cultura e só transformava as
159 reuniões em sessões de catarse, humilhação e constrangimento. Novamente, a maioria dos
160 colegas desse novo grupo de contestação ao diretor também se desligou do setor por remoções
161 ou redistribuições. A oportunidade que o COUN teria de saber as condições de trabalho
162 daquele contexto seria através do relatório da comissão de avaliação proposta pelo ex-
163 conselheiro Prof. Dr. Mauro Lacerda, porém, o relatório foi aprovado em regime de urgência
164 sem ser discutido na reunião, conforme consta na ata do COUN de 05 de dezembro de 2007.
165 Em 2008, tendo os prazos estipulados pelo COUN da criação do Setor Litoral, fomos
166 incumbidos de normatizar os cursos e entregar o regimento interno. A primeira missão
167 materializou-se pelo Projeto Político-Pedagógico do Setor Litoral que, na versão de setembro
168 de 2008, na seção “Aspectos Legais”, revela a não aprovação pela instância setorial
169 competente. Fato surpreendente, considerando que o documento mais evocado para a
170 justificção de várias ações (e omissões) desde a criação do campus **não tenha sido**
171 **homologado pela comunidade acadêmica**. Há um fato estranho também da aprovação do PPP
172 na reunião da 2ª Câmara do CEPE, datada de 16 de junho de 2008, onde um conselheiro deixa
173 registrado o descontentamento por aquela Câmara ser designada para o processo. Sobre o
174 regimento, o próprio COUN tem ciência dos capítulos sucessórios, apesar: da liminar que
175 removeu provisoriamente os docentes em 2007 ter apontado que a ausência de normativas era
176 um fator complicador do caso; de o relatório da AUDIN de 2007 sobre aderência normativa ter
177 solicitado que o setor providenciasse a normatização; de a imprensa local publicar o caso; a
178 sentença final do processo de assédio, de abril de 2011, ter dado prazo de 180 dias para a
179 regimentação do campus; das inúmeras solicitações dos Conselhos Superiores da UFPR. Em
180 2009, já sob a atual gestão da Reitoria, o setor abriu quatro novas graduações, cujo quadro de
181 docentes específicos, em alguns casos, só se completaria no início de 2012. Além disso, a falta
182 de planejamento no quantitativo de cursos gerou a primeira grande crise de espaço físico para
183 as atividades curriculares, forçando estudantes, professores e técnicos a utilizar as
184 dependências de uma escola municipal. Embora não haja nada que desabone a infraestrutura

185 *daquele estabelecimento, pelo contrário, reconhecemos as boas condições do local e o esforço*
186 *do município em auxiliar naquele contexto, perguntamos aos colegas deste conselho se esta*
187 *situação representa a história recente da centenária UFPR. O resultado disso, além de*
188 *encaminhamentos pedagógicos questionáveis à época, será percebido nas solenidades de*
189 *colação de grau neste ano, com turmas reduzidíssimas de formandos. Em 2010, ao se asseverar*
190 *o clima de animosidade no setor, o diretor colocou o cargo à disposição durante a semana de*
191 *planejamento. Naquela mesma semana, aproximadamente vinte docentes estavam chegando*
192 *pela primeira vez no setor. Não é preciso dizer que ninguém entendeu o que estava acontecendo*
193 *e os presentes foram sensibilizados a manifestar apoio à Direção, fragilizada por uma potencial*
194 *nova leva de descontentes e agitadores. Este período também marcou o início do*
195 *encaminhamento dos PPC's dos cursos, capitaneado pela Reitoria, por vezes de maneira*
196 *controversa – como ameaças de cancelamento do vestibular e veto de recursos para cursos sem*
197 *PPC – mas que contribuiu para a emissão dos diplomas e outros encaminhamentos que*
198 *garantissem uma segurança mínima aos estudantes. Neste mesmo ano, foram liberadas 15 FG-*
199 *1 e 1 CD4 que poderiam apoiar mais servidores a responder por demandas administrativas.*
200 *Infelizmente, nem com a recente liberação das FCCs, isto ocorreu. Em 2011, os desastres*
201 *naturais causados pelas chuvas tornaram-se tema obrigatório de todos os cursos e professores*
202 *foram convocados a fazer “alguma coisa” por um dos municípios atingidos. O ambiente de*
203 *necessidade de voluntariado provocado pelo diretor, como se o papel da universidade fosse de*
204 *defesa civil, causou grande opressão para alguns docentes, que se sentiam constrangidos em*
205 *não participar de reuniões para tratar de coisas da competência do Corpo de Bombeiros, das*
206 *Secretarias Municipais, das Prefeituras e do Governo do Estado. Cabe registrar que, apesar do*
207 *modus operandi, alguns docentes iniciaram ações extensionistas importantíssimas que*
208 *permanecem até hoje. Ainda em 2011, em setembro, durante uma assembleia de greve, onde*
209 *eram discutidas pautas locais, os docentes foram informados de que a direção havia composto*
210 *uma comissão para elaborar o texto-base do regimento. Aquele seria mais um ponto a corroer*
211 *as relações interpessoais, pois havia um movimento encabeçado por um grupo de aprovação a*
212 *qualquer custo da proposta mais próxima da desenvolvida pela comissão do diretor que*
213 *culminou em um desgaste profundo e apatia de vários docentes em protagonizar a discussão.*
214 *Em 2012, o setor teve como clímax da semana de planejamento a discussão sobre a criação de*
215 *um novo curso no quadro de vagas. Já era sabido que havia um forte lobby para a implantação*
216 *do curso de Artes em Morretes desde o final de 2011, após a votação pelo fechamento da*
217 *Fisioterapia (tanto que o próprio Prefeito da época participou pessoalmente da reunião). Pela*
218 *primeira vez na história do setor uma reunião demorou quase sete horas para resolver o óbvio:*
219 *distribuir as vagas nos cursos já existentes para manter a pactuação e não abrir uma nova*
220 *graduação que comprometesse ainda mais o ambiente já precarizado. A recondução do diretor*
221 *ao cargo naquele mesmo ano também foi marcada por muitos atritos e desqualificações dos*
222 *docentes que não o queriam como diligente. O discurso de posse foi emblemático ao conter*
223 *várias insinuações contra aqueles que apoiaram a chapa de oposição. Cabe registrar que a*
224 *única categoria em que o diretor não venceu foi a nossa. Será que isso significa algo? Será que*
225 *o fato de quase um terço do corpo docente ter modificado ao longo dos últimos sete anos*
226 *significa algo? Por fim, senhores conselheiros, solicitamos atenção para que sejam tomadas*
227 *providências ao que trazemos aqui e também o atendimento a esse pedido de lotação. Tivemos*
228 *coragem. Precisávamos trazer ao conhecimento dessa comunidade o que vivemos. Reunimo-nos*
229 *com o reitor para apontar esses assuntos. Compilamos documentos importantes que*
230 *corroboram nossas falas. Por um lado, durante essa semana, além daqueles que estiveram na*

231 reunião com o Magnífico Reitor, recebemos o apoio de mais de vinte docentes que se
232 solidarizam conosco em uma carta aberta, onde ratificam muito do que fora apontado. Por
233 outro, intensificaram-se os ataques pessoais, o assédio e as falas direcionadas no sentido de
234 desqualificar nosso trabalho em e-mails, conversas ou telefonemas. Estamos sofrendo na carne
235 e na mente. O preço tem sido alto e cobrado a nossa saúde, diariamente. Grupo de docentes do
236 Setor Litoral". Procedida a leitura do documento manifestaram-se mais alguns professores do
237 Setor Litoral criticando que a atual estrutura do Setor Litoral concentra o poder deliberativo na
238 Direção do Setor e que além da situação dos professores que subscrevem o documento
239 solicitando a remoção temporária este Conselho deveria verificar o funcionamento dos Cursos
240 ofertados, principalmente tendo como referência o parecer aprovado pelo CEPE em relação às
241 condições do Curso de Fisioterapia. Encerrando a participação dos convidados a acadêmica do
242 Curso de Informática e Cidadania registrou a precariedade do Curso, solicitando medidas de
243 averiguação por parte deste Conselho. Encerradas as manifestações os convidados se retiraram.
244 Em discussão, o Presidente iniciou informando ao Conselho as medidas que estão sendo
245 adotadas pela Administração Central em relação a questões vinculadas ao Setor Litoral, tais
246 como a realização dos processos de avaliação de estágio probatório dos Servidores docentes e
247 técnico-administrativos daquele Setor que foi assumido pela PROGEPE, a resolução e
248 encaminhamentos de questões estruturais através da Pró-Reitoria de Administração, dentre
249 outras. O Presidente também lembrou Resolução aprovada pelo Conselho Universitário no dia
250 13 de fevereiro deste ano, institucionalizando as Coordenações dos quinze Cursos ofertados no
251 Setor Litoral. Ainda em discussão a representante do Setor Litoral no CEPE, Conselheira
252 Daniela Resende Archanjo expôs situações vividas pessoalmente que ao seu modo de ver
253 evidenciam o assédio moral, entendendo que a aprovação do Regimento Interno do Setor, por si
254 só, não resolverá estes problemas. O Conselheiro Romualdo Wandresen registrou o seu
255 constrangimento com a situação, sugerindo que deste Conselho seja retirada uma solução que
256 inicie o saneamento dos problemas que envolvem o setor Litoral e que de maneira recorrente
257 vem sendo trazidas ara análise deste Conselho. A Conselheira discente, Lays Gonçalves da
258 Silva, manifestou a posição do DCE sobre a situação, solicitando que haja a imediata
259 averiguação dos fatos. Diante das manifestações, o Conselho firmou entendimento de que
260 independente da decisão em torno do pedido do grupo de professores que solicitam lotação
261 provisória na PROGEPE, deveria haver um acompanhamento por parte de uma Comissão do
262 CEPE visando a mediação nas relações entre membros da comunidade acadêmica do Setor
263 Litoral e o acompanhamento dos procedimentos administrativos adequados para o cumprimento
264 dos dispositivos regimentais e estatutários da UFPR. Após mais algumas manifestações a
265 matéria foi encaminhada para deliberação. Os Conselheiros que votassem pelo "SIM" acatariam
266 a proposta de que o grupo dos professores demandantes permanecessem lotados no Setor Litoral
267 mas com a subordinação administrativa à PROGEPE, tendo como interlocutores docentes
268 escolhidos entre seus pares; os docentes que votassem pelo "NÃO" acatariam o pedido de
269 lotação temporária dos referidos docentes junto à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas.
270 Computados os votos a primeira proposta foi aprovada por unanimidade. Em segunda votação o
271 Conselho aprovou por unanimidade a constituição de uma comissão do CEPE, visando a
272 mediação nas relações entre membros da Comunidade acadêmica do Setor Litoral e o
273 acompanhamento dos procedimentos administrativos adequados para o cumprimento dos
274 dispositivos regimentais e estatutários da UFPR. A referida Comissão ficou constituída pelos
275 seguintes membros: Conselheiras Ângela Cássia Costaldello, Marlene Rodrigues Meira, Lays
276 Gonçalves da Silva, Débora Reis Schnekenberg, Caroline Arns Arruda, Conselheiro Luis Allan

277 Kunzle e os Professores do Litoral, Isabel Cristina Martines, Ivan Jairo Junckes e Lúcia Maria
278 Gonçalves de Resende. Encerrada a pauta a não havendo manifestações, o Presidente agradeceu
279 a presença de todos e declarou encerrada a sessão, da qual eu, Dionei José da Silva, Secretário,
280 lavrei a presente ata.